

Exma. Senhora

Dra. D. Edite Estrela

Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Assembleia da República

Honra-me e muito agradeço o pedido de contributo para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 que V. Exa me dirigiu, com data de 24 de abril de 2017. Oxalá eu seja capaz de corresponder, de alguma forma clara e útil, aos propósitos e expectativas de V. Exa.

Com algumas interrupções (em 1982, 1985 e 1990 a 1993), estive fora do país a partir de 1979, tendo apenas regressado definitivamente em 2003. Nunca, no entanto, me perdi das questões da Língua Portuguesa, nas vertentes da investigação, do ensino e da tradução literária, nem do trabalho dos atores da sua análise e projeção, os meus para sempre mestres. Foi neste contexto de vindas, estadias, idas e regressos que fui acompanhando a história do Acordo Ortográfico de 1990.

Recordo a última grande conversa que, sobre esta matéria, tive com o Professor Lindley Cintra, em finais de 1990, estando ele já fisicamente muito doente, à mesa estreita de um almoço no Borges, na Rua do Malpique – revisámos as questões mais acesas decorrentes da proposta de Acordo de 1986, verdadeiramente radical e logo revista para a versão final e moderada de 1990, na esteira longa de outra grande conversa que tínhamos tido, em Palma de Maiorca, em 1980, num qualquer intervalo do XVI Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica.

Vêm estas evocações a propósito de recordar o envolvimento e empenho, nesses refletidos tempos, daqueles que eram os linguistas reconhecidos no restrito meio científico, tanto português como brasileiro (António Houaiss então na liderança paralela dos mais determinantes processos no Brasil), de uma ciência entusiasta e em crescente afirmação - a Linguística – à qual se juntavam vozes mais jovens e igualmente relevantes, como as de Maria Helena Mira Mateus, João Malaca Casteleiro, Evanildo Bechara (Brasil), Margarita Correia. Não eram, pois, outros nem menos certos aqueles que se ocupavam cientificamente das questões da Língua, incluindo a sua ortografia.

A partir de 2003, quando regresso definitivamente a Portugal, tenho estado dedicada à Lexicografia, primeiro na Texto Editores, onde coordenei a edição dos dois primeiros dicionários publicados em Portugal, em 2008, conforme Acordo Ortográfico de 1990 (o

*Novo Dicionário de Língua Portuguesa* e o *Novo Grande Dicionário de Língua Portuguesa*, e ainda um pequeno livro, *Atual – O Novo Acordo Ortográfico*), sob a orientação do Professor João Malaca Casteleiro; a partir de 2008, passo, com os mesmos objetivos e funções, para a Porto Editora, onde tenho atualmente a meu cargo, além das edições escolares dos dicionários, as tarefas de revisão e atualização permanentes da *Infopédia*, particularmente dos dicionários de Língua Portuguesa que mantemos *online* nas duas versões, com e sem Acordo Ortográfico.

E, mais quieta em terra firme, tenho estado mais continuamente atenta a todas as ondas da ciclímia “acordista” e “antiacordista” que vão varrendo o país, à garupa dos média e das redes sociais, apesar da evidência de que o Acordo Ortográfico de 1990 foi realmente aplicado em Portugal e entrou claramente nas nossas vidas há pelo menos 6 ou 7 anos, sendo óbvio que não foi precursor de nenhuma catástrofe nas sensíveis áreas científica e social da Educação e da Cultura.

Há já uma geração inteira de alunos prestes a entrar ou já entrados nas Universidades ou na vida profissional, em normais condições físicas e mentais, que não conhecem outras regras ortográficas senão as de 1990.

Os professores, de espírito aberto como quase sempre, acolheram as mudanças relativas à aplicação do Acordo, acudindo em massa às inúmeras ações de formação levadas a cabo pelo Ministério e pelas editoras escolares (eu própria estive a cargo, por parte da Porto Editora, de muitas destas ações, percorrendo um sem número de escolas e de salas de formação, por todo o Centro e Sul do país); acresce que, para os professores de Português, a aplicação do Acordo Ortográfico coincidiu com a introdução do novo Dicionário Terminológico gramatical, o que implicou outras e sucessivas ações de formação da iniciativa quer do Ministério quer das editoras escolares, ao longo de todo o país e em tempo record.

As editoras escolares portuguesas, de que conheço bem as duas principais, enfrentaram as mudanças e adaptaram-se com serenidade, inclusivamente editando as suas obras com e sem Acordo Ortográfico, como ainda acontece no que diz respeito a Angola e a Moçambique.

A administração pública e grande parte das empresas privadas assumiram e incorporaram corretores ortográficos de acordo com as novas regras.

Parece, pois, evidente que estamos perante um facto consumado no presente e uma questão indefetível de e para o futuro.

Nunca consegui compreender as razões concretas, linguísticas, científicas, que possam subjazer à fúria com que se decide ser “acordista” de 1945 (à luz de um Acordo que, então, impôs, esse sim, grandes alterações ortográficas) em detrimento e negação de ser “acordista” de 1990. Em qualquer dos casos se adota um Acordo Ortográfico! Vejo,

com espanto, como foram sendo arredados da discussão especializada os especialistas, os linguistas, e se chegaram à frente os utilizadores artistas da Língua - poetas, prosadores, literatos, tradutores, jornalistas, etc. Tenho, pois, ouvido (e lido) os seus argumentos emocionais de tom nacionalista, a expressão de uma nostalgia dominadora, de uma forma aflitiva de reafirmação da sua valiosa existência literária, ou outra, e da sua manifestamente envelhecida preponderância social, ou outra. A exaltação de um apego à etimologia e ao passado, sempre tão portuguesamente glorioso e único, parece explicitar o afã de reconhecimento de uma erudição greco-latina de cariz conservador e imobilista, de uma espécie de revolta, simultaneamente agressiva e triste, contra a perda de uma eloquência culta e solitária que se foi pelos mares fora e se encheu de ignaras companhias. A própria Academia das Ciências de Lisboa, saindo das suas seculares (e caras) letargias, veio recentemente a terreiro com papéis soltos que já foram de subsídios a recomendações, passando por sugestões de alteração do texto e do espírito do Acordo, ao arrepio científico dos seus especialistas, linguistas, internos, ignorando as regras e os ritos políticos de um tratado internacional, sem interpor, pelo menos, a cordura de esperar, reconhecer e acatar a autoridade de certos filtros institucionais e estruturais, como é o caso do Conselho Internacional de Especialistas para Acompanhamento do Vocabulário Ortográfico Comum, do IILP da CPLP, dando azo, enfim, a um despropósito exótico, digamos, pontualmente perturbador. Já antes, de resto, com a publicação solitária (e magra) de um *Vocabulário Ortográfico* de cerca de 70 000 entradas, cheio de variações, a ACL introduzira um fator de dúvida (e de aborrecimento) quanto à autoridade oficialmente estabelecida do *Vocabulário Ortográfico Nacional* do ILTEC, que, desde 2011, era lei para quem diariamente trabalhava com a Língua, tal como hoje é lei e é feliz o recentemente publicado *Vocabulário Ortográfico Comum*, da responsabilidade técnica do mesmo ILTEC

Sendo assim, permitir-me-ia recomendar ao Grupo de Trabalho para a Avaliação do Impacto da Aplicação do Acordo Ortográfico de 1990, criado no seio da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da Assembleia da República, em resposta ao seu Ofício n.º 73./12ª-CCCJD/2017, o seguinte:

1. A assunção inequívoca de que a aplicação e vigência do Acordo Ortográfico de 1990 é, em Portugal, um facto legal, política e socialmente estabelecido.
2. A definição legal do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa* como lei ortográfica nacional, à guarda e cuidado do CELGA-ILTEC, como sempre foi, de onde emanariam, a seu prudencial tempo e em concerto óbvio com o Conselho Internacional de Especialistas para Acompanhamento do Vocabulário Ortográfico Comum do IILP da CPLP, as ampliações, corrigendas ou alterações tidas por cientificamente necessárias e pertinentes.
3. O favorecimento oficial e oficioso das condições necessárias à continuação dos trabalhos do IILP da CPLP e, nomeadamente, do seu Conselho Internacional de Especialistas para Acompanhamento do Vocabulário Ortográfico Comum (que

integrada, óbvia e certamente, o contributo do(s) linguista(s) especialista(s) da ACL), de forma a facilitar e apoiar a conclusão da relevante e inestimável obra do *Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa*.

Cruz Quebrada, 25 de maio de 2017

Maria Paula Tenreiro Grilo do Amaral Espinha

Consultora – Porto Editora

### **Paula Espinha**

Maria Paula Tenreiro Grilo do Amaral Espinha, nascida em Angola em 1952, é licenciada em Filologia Românica, pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e especializou-se, posteriormente, em Tradução, pela *Universidad Nacional de Colombia*. Lecionou durante 20 anos a disciplina de Português e matérias correlatas (Sintaxe e Semântica, Psicolinguística e Linguística Geral) nos ensinos secundário e superior, em Portugal (8 escolas secundárias e Faculdade de letras da Universidade de Lisboa), Suécia (*Swedish International Development Authority*), Moçambique (Universidade Eduardo Mondlane) e Colômbia (*Universidad Pontificia Javeriana*). Ganhou, em 1996, o prémio nacional de tradução literária de Colcultura – Colômbia, com o projeto *Poesía en la Geografía de Lengua Portuguesa*. Dirigiu, durante 10 anos, vários projetos de formação de docentes, como quadro dirigente do *Servicio Nacional de Aprendizaje – SENA*, – na Colômbia, tendo, posteriormente, estendido e adaptado esta experiência, também na Colômbia, à escola de formação de mães da organização internacional *SOS - Kinderdorf*. Desempenhou ainda funções de Encarregada de Assuntos Culturais na Embaixada de Portugal em Bogotá, durante 6 anos, tendo sido aí cofundadora do Festival de Cinema EUROKINE, com o apoio do Instituto Camões. De regresso a Portugal, trabalha há 13 anos em Lexicografia e em Gramática (primeiro na Texto Editores, durante 4 anos, e logo na Porto Editora, nos últimos 9 anos), tendo coordenado vários projetos editoriais, de interesse científico e pedagógico nestes domínios, particularmente no âmbito do Português e do Espanhol. É autora do projeto e coautora em edição da obra *Segredos da Gramática*, para os 3º e 4º anos, da Raiz Editora.

Cruz Quebrada, 25 de maio de 2017